

Reajuste até 90% do IPC será automático

Governo e empresários dos setores de alimentação, higiene, limpeza, química e embalagens chegaram ontem, após mais de três horas de negociações, a um acordo que tem por objetivo ordenar os reajustes de preços, evitando o agravamento de expectativas e consequentemente da inflação. O acordo prevê reajustes automáticos limitados a 90 por cento do IPC verificado no mês anterior. Os reajustes acima desse limite serão discutidos nas câmaras setoriais que serão formadas por representantes do Conselho Interministerial de Preços (CIP), Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Caceb), Comissão de Política Aduaneira (CPA) e os principais setores formadores de uma mesma cadeia de preços.

As mesmas regras de reajuste deverão ser aplicadas aos preços e tarifas públicas — inclusive energia elétrica e combustíveis. Os preços serão reajustados automaticamente a cada 30 dias, respeitando-se o critério de "aniversário" (cada setor pode reajustar seus preços 30 dias após ter realizado seu último reajuste).

Também ficou acertado que o acordo não tem prazo de vigência e

que eventuais problemas de abastecimento de insumos básicos serão imediatamente examinados pelo Governo e, se necessário, adotadas medidas na área de comércio exterior (reexame das políticas de importação e exportação).

EXTENSÃO

O acordo, que também teve como signatários os setores siderúrgico, exportador de carne e refinadores de açúcar, abrange parcela importante da cesta básica dos trabalhadores e cerca de 50 por cento do índice inflacionário. A expectativa do Governo, agora, é que o exemplo desse grupo de empresários sirva como catalisador para novos entendimentos.

Para o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, no entanto, o acordo é importante não só pelo que ele representa de entendimento, mas porque é um sinal para um grupo de especuladores que, ao espalharem boatos pelo mercado, fazem a festa para os seus ganhos. Rebatendo esses boatos, ele informou que, em nenhum momento, ao se discutir a aplicação de redutor para os preços se pensou na dívida pública. "Esse redutor é temporário e se aplica apenas aos preços, não se transmi-

tindo nem à taxa de câmbio, nem à correção monetária, nem aos salários", afirmou.

Maílson lembrou que os setores que não assinaram o acordo serão chamados ao entendimento. Quanto a questão de a indústria estar elevando seus juros nas vendas a prazo, lembrou que o head é necessário mas que é preciso encontrar um mecanismo que assegure que as expectativas não sejam transmitidas aos preços. "Para isto estamos instituindo um grupo de trabalho que deverá examinar o assunto em caráter emergencial", disse.

Para atacar a questão dos juros deverá ser encontrada alguma solução via Legislativo, sem que necessariamente se recorra a uma medida provisória. A beteenização das duplicatas, conforme foi sugerido por alguns setores, poderá ser a solução. Entretanto, Maílson diz que o assunto deverá ser examinado de maneira mais criteriosa. "A medida pode significar a ampliação da beteenização na economia, chegando inclusive aos balcões dos lojas, e há dúvidas se estaremos preparados para isso", comentou.

AGÊNCIA GLOBO



Abreu (E) e Maílson sorriem após o acordo que corrigirá mensalmente preços e tarifas em 90% do IPC